PROGRAMA TRANSCIDADANIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

TRANSCITIZENSHIP PROGRAMA: A SYSTEMATIC REVIEW

Vanderson Luiz Silva de Assis [1]
Agnes de Sousa Arruda [2]

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o percurso histórico sobre as publicações científicas que possuem como ferramenta de pesquisa o Programa Transcidadania por uma revisão sistemática de abordagem descritiva e qualitativa, elaborada e redigida conforme recomendações do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes). Foram consultadas as bases de dados do Portal de periódicos Capes e o Google Acadêmico. A busca na fonte citada teve como termo indexador: "Programa Transcidadania" e "Políticas Públicas". A pesquisa foi realizada combinando esses termos em inglês. E para a revisão, considerou-se o período de 2015 até o ano de 2022. Realizada a busca foram encontrados (6) artigos que apresentaram aderência com o objetivo e tema do estudo. Nota-se que o Programa Transcidadania, implementado em 2015, possui poucas publicações, evidenciando assim uma escassez de artigos para análise, e que a maioria delas objetiva uma metodologia descritiva e introdutória.

PALAVRAS-CHAVE: Transgeneridades; Cidadania; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the historical trajectory of the scientific publications that have the Transcitizenship Program as a research tool through a systematic review with a descriptive and qualitative approach, elaborated and written according to the PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes) recommendations. The Capes Journals Portal and Google Scholar databases were consulted. The search in the cited source had as index term: "Transcidadania Program" and "Public Policies". The search was performed by combining these terms in English. And for the review, the period from 2015 to the year 2022 was considered. After the search, (6) articles were found that adhered to the objective and theme of the study. It is noted that the Transcidadania Program, implemented in 2015, has few publications on it, thus evidenc- ing a shortage of articles for analysis, and that most of them aim at a descriptive and introductory methodology.

KEYWORDS: Transgenderities; Citizenship; Public policy.

1 Pesquisador Trans Agênero. Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (SP) bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Graduando em Engenharia da Computação pela UNIVESP (SP); Tecnólogo (2022) em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC (SP).

2 Doutora (2019) e Mestre (2010) em Comunicação pela Universidade Paulista (SP); Graduação (2005) em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila (SP); Autora do Pequeno Dicionário Antigordofóbico (2022) e O peso e a mídia (2021).

http://doi.org/10.36311/2447-780X.2023.n1.p27

INTRODUÇÃO

Segundo Andrade (2012) em sua maioria, as políticas públicas existentes e destinadas para a população trans centralizam a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, existindo a carência de políticas interdisciplinares que resultem em uma melhor qualidade de vida às transgeneridades. As consequências da vulnerabilidade social, especialmente no que se refere a esfera da empregabilidade, levou a Prefeitura de São Paulo, por meio do Centro de Combate à Homofobia e da Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a construir o Programa Transcidadania, responsável por desenvolver atividades de formação e capacitação para o mercado de trabalho (PEDRA, 2018).

A partir desta política pública, este estudo pretende analisar o percurso histórico sobre as publicações científicas que possuem como objeto ou ferramenta de pesquisa o Programa Transcidadania, antecedendo uma breve apresentação sobre a política selecionada, e objetivando em sua discussão as perguntas estabelecidas na delimitação das questões de investigação.

CONTEXTUALIZAÇÃO: PROGRAMA TRANSCIDADANIA

Segundo Nunes (2019) O programa Transcidadania foi implementado entre os anos de 2013 e 2016, mais precisamente em 29 de janeiro de 2015, durante a gestão municipal de Fernando Haddad, no estado de São Paulo. Ademais, o Programa Transcidadania foi originalmente desenvolvido como POT (Programa Operação Trabalho) o qual iniciou-se em 2003 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022).

Conforme Silva (2019) o Programa Transcidadania oferece condições para a recuperação das oportunidades de vida para a população trans, aqueles (as) que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Portanto, segundo Pedra (2018, p. 184) "[...] o Programa Transcidadania, que desenvolve atividades de formação e capacitação para o mercado de trabalho junto a uma rede de parceiros como forma de emancipar os participantes enquanto sujeitos de transformação de suas próprias realidades [...]"

> O transcidadania é um programa da Prefeitura de São Paulo destinado a promover os direitos humanos, cidadania e condições de oportunidades de vida para mulheres transexuais e travestis e homens trans em situação de vulnerabilidade social. O Programa possui como dimensão estruturante o aumento do nível de escolaridade e possibilita condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas ao Programa. Há formação profissional e formação cidadã. A essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange a

> qualificação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado desta população. (CONCÍLIO ET AL, 2017, p.24 apud NUNES,2019, p.46).

O programa Transcidadania concede a oferta da corroboração objetivando uma autonomia financeira, através da distribuição de renda, tendo como requisito para obtenção a frequência e conclusão da escolaridade básica, qualificando-se desta forma para o mercado de trabalho, obtendo formação profissional, conforme Silva (2019). Mas a atuação não se limita na esfera de intermédio educacional, segundo Concílio (2017) o programa também realiza atividades internas, como grupos psicossociais, atendimento individuais, atendimentos espontâneos, cursos de cidadania e Direitos Humanos, entre outros eventos construídos a partir das necessidades das (os) usuárias (os) e das possibilidades concretas de realização.

Ademais, existem atividades externas, que articulam com o trabalho em rede intersetorial do município de São Paulo, participando Escolas Municipais e Estaduais, Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, conforme Concílio et al. (2017). Acrescenta Pedra (2018, p. 84) "[...] formação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além de cursos de "Cidadania, Direitos Humanos e Democracia", estágios e introdução ao mundo do trabalho."

Segundo Miranda (2017, p.5) "Nesse período as participantes se beneficiam da parceria com o Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), que visa a transferência de renda através de uma bolsa salário." Além disso, a política limita-se à duração de 2 anos para cada pessoa beneficiada, sendo o prazo máximo de permanência de cada turma inserida no Programa Transcidadania, afirma Miranda e Machado (2017).

> Em janeiro de 2015 contava com 100 vagas. Em 2016, o valor do auxílio mensal aumentou para R$1001,70. No ano de 2017 o Transcidadania foi descentralizado passando a ser realizado nos 4 centros de Cidadania LGBTI, antes era somente atendido na região central da cidade. Com a descentralização o serviço se tornou mais democrático, humano e próximo das pessoas. Em 2019, o valor da bolsa foi para R$ 1047,90. (SÃO PAULO, 2019)

METODOLOGIA

A natureza deste estudo trata-se de uma revisão sistemática de abordagem descritiva e qualitativa, elaborada e redigida conforme recomendações do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes).

DELIMITAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Visando identificar as contribuições das comunidades científicas brasileiras, foram definidas as seguintes perguntas de pesquisa: I) As metodologias utilizadas dão conta de uma análise aprofundada da política pública em questão? II) Já é possível identificar estudos sobre a política pública nos períodos de covid-19? III) O que ainda pode ser explorado?

CRITÉRIOS DE BUSCA

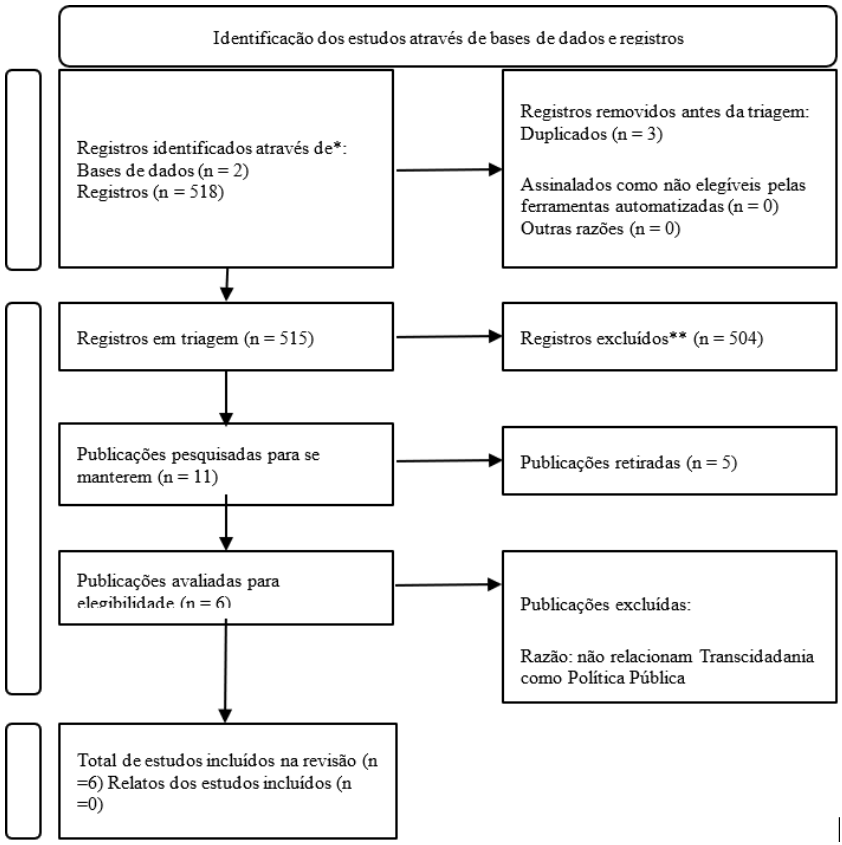
Como condução e estratégia de busca para a seleção dos estudos, foram consultadas as bases de dados do Portal de periódicos Capes e o Google Acadêmico. A busca na fonte citada teve como termo indexador: "Programa Transcidadania" e "Políticas Públicas". A pesquisa foi realizada combinando esses termos em inglês. E para a revisão, considerou-se o período de 2015 até o ano de 2022, tal recorte temporal é justificado pela criação do POT, em 2008, renomeado Transcidadania em 2015.

Portanto, como critérios de inclusão, consideraram-se artigos interdisciplinares que estejam no escopo da pesquisa. Já os critérios de exclusão foram: estudos repetidos, e/ou que não atendam o objetivo da pesquisa, ou seja, os não relacionados ao Programa Transcidadania.

RESULTADOS

Realizada a busca foram encontrados (475) resultados, sendo (472) no Google Acadêmico e (3) advindos do Periódicos Capes. Logo após, foi efetuada uma triagem para exclusão de artigos duplicados entre as bases, culminando em (472) resultados para leitura dos títulos, excluindo (461) estudos que possuíam títulos divergentes ao foco da pesquisa. Também foi realizada a leitura de (11) resumos, sendo excluídos (5) estudos que tinham como foco outros objetivos e resultando em (6) artigos que apresentaram aderência com o objetivo é tema do estudo. O procedimento da exclusão de artigos é ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Fluxograma de seleção dos estudos para revisão sistemática (PRISMA)



Fonte: Adaptado e traduzido de PRISMA 2020.

Dessa forma, para a constituição da análise do estudo, foram considerados 6 estudos, tal como apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Portfólio de trabalhos selecionados

Autores	Título	Metodologia	Objetivo / Enfoque
Santos e Pereira (2017)	Políticas públicas LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo.	Pesquisa Documental	Analisar o Programa TransCidadania da Prefeitura de São Paulo, descrevendo suas ações e formas de atuação para o enfrentamento da transfobia e promoção da cidadania de travestis e transexuais naquele município.

Miranda e Machado (2017)	Transversalidade na Prática em Política Pública: a implementação do Programa TransCidadania em São Paulo	Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo	Descrever a implementação do programa e analisamos as inovações que ele traz.
Pedra et al (2018)	Políticas Públicas para inserção social de Travestis e Transexuais: Uma análise do programa "Transcidadania"	Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo	Compreender como essa política pública atua na inserção das pessoas assistidas na sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho.
Silva e Ramacciotti (2020)	Programa Transcidadania: Política Pública de Inclusão de mulheres Trans pela educação formal e não-formal.	Revisão de Literatura e Pesquisa de Campo	Fazer uma análise descritiva do Programa e uma avaliação ou análise prescritiva de alguns resultados a partir de dados referentes à população trans usuária do Transcidadania, entre os anos 2013 e 2019.
Nunes e Portéro (2020)	O programa transcidadania como ferramenta de inclusão educacional e profissional dos (as) transgêneros no município de São Paulo	Pesquisa Documental e Revisão Bibliográfica	Fazer a contextualização social da população transgênera descrevendo a vulnerabilidade social que estão submetidos(as) e os estarrecedores índices de violência.
Suárez e Martínez (2021)	Trabajo decente y personas trans: un análisis del Programa TransCidadania (2015-2016)	Estudo de Caso	Analisar a imbricação entre o conceito de trabalho decente e a população trans por meio do estudo da primeira edição do programa TransCidadania implantado na cidade de São Paulo nos anos de 2015 e 2016.

Fonte: Elaboração do autor.

Sobre os artigos selecionados, de acordo com a Tabela 1, no que concerne o processo metodológico na busca de resultados, 02 (dois) artigos priorizam a Revisão de Literatura e/ou de Bibliografia, 04 (quatro) priorizam a Pesquisa Documental, 03 (três) priorizam a Pesquisa de Campo e 01 (um) priorizou Estudos de caso. Ressalta-se que diversos

artigos possuem mais uma nuance metodológica em sua produção, além de suas propostas.

Ainda sobre os artigos, é possível analisar que 02 (dois) possuem proposta descritiva e, também, 04 (quatro) artigos possuem proposta descritiva e analítica. Ademais, de modo a atingir os objetivos desta produção com clareza, a seção de discussão será sumarizada a fim de responder às perguntas definidas na delimitação das questões de investigação, as quais foram mencionadas na metodologia.

DISCUSSÃO

I) As metodologias utilizadas dão conta de uma análise aprofundadada política pública em questão?

Embora a palavra análise componha o título de sua obra, de acordo com Santos e Pereira (2017, p.1) "Este trabalho tem por objetivo analisar o Programa TransCidadania da Prefeitura de São Paulo, descrevendo suas ações e formas de atuação [...]" Portanto, o estudo de Santos e Pereira (2017) não necessariamente possui cunho avaliativo, somando-se às produções de 2017, mas com viés introdutório e necessário sobre a política. Salienta-se a informação de que o primeiro artigo acadêmico produzido sobre o tema foi publicado em 2017.

No mesmo ano, assim como Santos e Pereira (2017), Miranda e Machado (2017) realizaram uma descrição histórica acerca da implementação do Programa Transcidadania, e ademais às pesquisas documentais, sua produção conta com uma pesquisa de campo captando o depoimento dos atores públicos relacionados a esta política pública, tanto quanto pessoas beneficiadas pela mesma. Segundo pesquisa de Miranda e Machado (2017, p.3):

> Quando a gente começou a pensar o Transcidadania, eu ainda nem estava em São Paulo, mas eu participei de algumas discussões, primeiro que foi uma encomenda do prefeito. Então, ele realmente tem a ver com o modelo de gestão que a gente queria aplicar na cidade, que era um modelo de gestão que tratasse, pela primeira vez, de pessoas que nunca foram recepcionadas pelo serviço público na cidade de São Paulo e pessoas trans* era um desse público, além de LGBT, então essa foi uma encomenda do prefeito. (Symmy Larrat, excoordenadora do programa TransCidadania).

Esses atores públicos que se relacionam com o programa também descrevem as propostas da política pública enquanto atuação multidisciplinar, conforme Miranda e Machado (2017, p.8):

> A gente construiu. Fazia de uma forma, se reunia, não deu certo, vamos mudar, agora vai ser desse jeito, a gente veio construindo isso". (Millena Wanzeller, ex-auxiliar de coordenação do programa TransCidadania).

> A discussão de casos é feita pelas trabalhadoras psicólogas, assistente social e pedagoga, que levam alguns casos para serem discutidos na reunião geral, onde as decisões são tomadas coletivamente. As profissionais validam e reconhecem a importância da equipe multidisciplinar para os processos de trabalho. Sobre o trabalho multidisciplinar, pra mim é fantástico. Tem entraves? Óbvio. São teorias, são metodologias que são muito distintas. Mas é isso, o que nos enriquece é o trabalho multidisciplinar, é um complementando o outro" (Cíntia Spíndola, ex- assistente social do programa TransCidadania).

> Essa coisa do coletivo, vamos decidir juntos, vamos fazer juntos, dá muito trabalho, mas quando sai o resultado, é outro. O trabalho é construído coletivamente, ele não é construído individualmente (Gabriela Oliveira, ex-assistente social do Programa Transcidadania).

Ainda no caráter avaliativo, para Berman (1978) é importante analisar as políticas públicas a partir dos parâmetros situacionais pertinentes ao seu contexto, contribuindo para a redução dos problemas na fase de implementação. Berman (1978, apud PEDRA *et al*., 2018) menciona cinco parâmetros situacionais que "capturam" as contingências da situação da política, e definem aspectos da natureza da política, bem como a situação institucional do contexto e a interação entre eles.

Pedra *et al* (2018) define seu primeiro parâmetro de análise, o nomeando de "escopo de mudança" e sobre o mesmo, o autor define que "[...] a alta programabilidade do Transcidadania, a partir de grades de cursos bem definidos e um ciclo de desenvolvimento individual bem estruturado, são insumos necessários [...]" (p. 190).

Pedra *et al* (2018) define seu segundo parâmetro de análise como "conflito sobre metas e meio" e sobre o mesmo, o autor define que esse parâmetro reflete o conflito entre o conteúdo da política e as ferramentas a serem utilizadas. "Um método adaptativo lida com situações conflituosas, de modo que a implementação requer negociação com as partes interessadas." (p. 191). O autor chega à conclusão que a partir do eixo de inserção da população alvo ao ambiente de trabalho, é notório que a forma de funcionamento da política atende suas propostas (PEDRA *et al*., 2018).

Para Pedra *et al* (2018) o terceiro parâmetro de análise trata- se do grau de certeza da tecnologia, que segundo o autor refere-se"[...] da incerteza sobre a tecnologia e a teoria utilizadas." (p. 191). O Transcidadania foi construído a partir de discussões realizadas por equipes

especializadas nos temas abordados, é possível inferir que há embasamento teórico aprofundado que fundamenta a aplicabilidade da política, portanto se entende que a política foi definida a partir do consenso teórico vigente, o que não impede que ela sofra alterações no decorrer do tempo (PEDRA *et al*., 2018).

O quarto parâmetro de análise trata-se da "[...] estabilidade do ambiente de implementação da política. Nesse ponto, tratam-se dos pesos e contra-pesos do ambiente de implementação que podem afetar ou não os resultados." (PEDRA *et al*., 2018, p. 192). Para o autor, é notável a instabilidade em relação ao ambiente de implementação da política, pois se refere a uma população marginalizada, a qual é historicamente excluída de muitos ambientes, como o mercado de trabalho, além de enfrentar a resistência e perseguição de uma parcela da sociedade (PEDRA *et al*., 2018).

Quanto ao quinto parâmetro de análise, trata-se sobre a operacionalização do Programa, e espera-se sobre a sua administração, o desenvolvimento das atividades previamente definidas, tanto quanto o resguardo de uma discricionariedade do implementar, e ademais ao pagamento de bolsas, exigindo um maior controle financeiro, e no cumprimento das regras e processos acordados (PEDRA *et al*., 2018).

Ademais as análises mencionadas sobre a viabilidade do Programa Transcidadania e os relatos sobre os atores públicos e os atos relacionados à política, Silva e Ramacciotti (2020) realizaram uma pesquisa de campo, concernente a uma dissertação de mestrado que agregam informações quantitativas e analíticas acerca do público beneficiado pelo Programa.

Silva e Ramacciotti (2020) elaboraram uma tabulação acerca da escolaridade das pessoas beneficiadas pelo Programa Transcidadania, seus resultados foram: 50% possuíam Ensino Fundamental Incompleto, 17% Ensino Fundamental Completo, 5% Ensino Médio Completo, 14% Ensino Médio Incompleto, 5% Ensino Superior Incompleto e 14% sem informação, pois os beneficiários estavam providenciando documentos.

Ressalta-se que o recorte temporal dos resultados de Silva e Ramacciotti (2020) foi de 2013 a 2019. O autor também traz os recortes de gênero, e as transtravestilidades que mais foram atendidas pela política. Segundo Silva e Ramacciotti (2020) 158 travestis, 152 mulheres trans, 22 homens trans e 114 pessoas que não rotularam sua identidade de gênero, mas que se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAP+, foram desligadas do programa.

Ainda sobre os desligamentos, Silva e Ramacciotti (2020) identificam nos centros de Cidadania LGBTI+ que, 92 desses desligamentos

foram por término de contrato, e que 183 términos foram por motivos desconhecidos, e poucos por inserção no mercado de trabalho, que no caso foram 32. Número alarmante por se tratar de uma baixa eficiência de um dos principais objetivos do programa.

Seguindo a ordem cronológica das publicações, Nunes (2020) através de sua pesquisa documental e revisão de literatura, atinge seu objetivo em analisar o preconceito e a discriminação que rodeiam as transtravestilidades, também no contexto da empregabilidade. A autora também faz menções importantes sobre o Programa Transcidadania e seu processo de implementação, mas a política pública é descrita e introduzida, assim como Santos (2017).

Já sobre a análise de Suárez e Martinez (2021) a mesma baseia sobre os três eixos que o Programa Transcidadania se propõe a atuar, sendo eles: Mais autonomia; Mais oportunidades e Mais cidadania, em paralelo aos princípios fundamentais do direito do trabalho. Após análise, Suárez e Martinez (2021) concluíram que a política pública consegue melhorar a qualidade de vida de pessoas trans mais vulneráveis, "[...] uma vez que suas participantes eram em sua maioria mulheres trans negras que viviam nas áreas mais pobres da cidade." (SUÁREZ, 2021, p. 26).

Suárez e Martinez (2021) também fazem menção para a necessidade de adicionar educação financeira em um dos eixos promovidos, a fim de uma melhor administração de um dinheiro vindo ou não de uma atividade formal, assim como uma educação sobre a legislação e direitos que lhes concerne. A autora menciona que a política foi promulgada como decreto, e que a continuidade no governo municipal subsequente foi ameaçadora, mas através das lutas dos coletivos trans a política conseguiu se manter, mesmo recebendo cortes de bolsas disponíveis.

As metodologias utilizadas, que objetivam o Programa Transcidadania, em especial as pesquisas de campo, foram eficazes em analisar a viabilidade do projeto, já sobre as pesquisas documentais de viés descritivo, destoam apenas na profundidade do estudo, evidenciando a necessidade de outras metodologias que agreguem esta linha de pesquisa. Como exemplo, pesquisas de campo que levantem relatos das pessoas atendidas pela política, entre outros objetivos a serem explorados.

II) JÁ É POSSÍVEL IDENTIFICAR ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA TRANSCIDADANIA NOS PERÍODOS DE COVID-19?

Através do recorte temporal utilizado nesta revisão, não foi possível identificar nenhuma publicação de artigo acadêmico que avalie o Programa Transcidadania e sua atuação durante a pandemia de Covid-19.

Embora a publicação de Suárez e Martinez (2021) seja decorrente ao período pandêmico, seu estudo é referente aos anos de 2015 e 2016.

III) O QUE AINDA PODE SER EXPLORADO?

Consoante ao período pandêmico e como mencionado por Suárez e Martinez (2021) a redução das bolsas por atuação de um governo subsequente, esses fatores externos corroboram com a necessidade de novas avaliações e comparações sobre a política. Comparações essas não apenas temporais, mas também territoriais, já que é uma política que está sendo implementada em outros estados.

> Art. 1º Institui o **Programa TransCidadania no Estado do Rio Grande do Norte**, destinado a promover os direitos humanos, o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado às pessoas transgêneros, travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social (RIO GRANDE DO NORTE, 2022).

Enquanto política que se desenvolve também na esfera do trabalho e proteção social básica, uma linha de pesquisa que pode ser melhor explorada é a presença de pessoas trans em empresas privadas beneficiadas por este programa, colaborando para uma maior produção de dados quantitativos acerca da empregabilidade da comunidade trans.

Segundo Assis (2022) são necessários novos estudos científicos a respeito desse tema, sobre principalmente dados sociodemográficos em torno das transidentidades em empresas privadas. O mesmo autor discorre sobre a ausência de dados quantitativos acerca da presença de pessoas trans em empregos formais. Tornando-se válido mencionar a baixa produção acadêmica sobre uma política pública que existe desde 2015, abrindo margem para uma possível defasagem de publicidade e visibilidade do Programa Transcidadania, a qual linha de pesquisa, assim como sua atuação durante pandemia, pode ser melhor explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender o percurso histórico do programa transcidadania, por meio de uma revisão acerca de publicações científicas. Compreende-se que esta revisão conseguiu atingir seu objetivo proposto. Portanto, nota-se que o Programa Transcidadania, implementado

em 2015, possui poucas publicações sobre, evidenciando assim uma escassez de artigos para análise, e que sua maioria delas objetiva uma metodologia descritiva e introdutória, possuindo uma grande margem a ser explorada futuramente.

Além disso, o desenvolvimento do presente estudo exibiu algumas lacunas a serem desenvolvidas nesta linha de pesquisa, e com esta política pública, que inova e avança no âmbito, não apenas na área de empregabilidade para pessoas trans, mas também sobre a reintegração social, desenvolvendo programas de maneira ampla e se pautando em eixos como: autonomia; oportunidade; e cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2018

ASSIS, Vanderson Luiz Silva de. BONINI, Lucy Mendes de Melo. KUMANAYA, Daniele Regina Garcia. O preconceito e a discriminação como consequência da nãopermanência da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho formal. **Revista Conecta**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 14–25, 2022. Disponível em: <https://fatecrl.edu.br/revistaconecta/index.php/rc/article/view/139>. Acesso em: jan. 2023.

BERMAN, Paul. **Designing implementation to match policy situation: a contingency analysis of programmed and adaptive implementation**. 1978.

MIRANDA, Michele Borges. MACHADO, Jorge. Transversalidade na Prática em Política Pública: a implementação do Programa TransCidadania em São Paulo. In Pereira. D. (Ed.) **Mudanças Sociais e Participação Política**. Estudos e Ações Interdisciplinares. São Paulo: Annablume, 2017. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/machado/2016-2017/A_ implementacao_do_Programa_TransCidadania_-Miranda_Machado.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

NUNES, Vanessa Ester Ferreira. **Programa Transcotas:** Políticas Públicas para o acesso dos(as) transgêneros ao mercado de trabalho em Mogi das Cruzes. Dissertação Mestrado em Políticas Públicas. Universidade de Mogi das Cruzes, UMC, Mogi das Cruzes, 2019

NUNES, Vanessa Ester Ferreira. PORTÉRO, Cristina Schmidt Silva. O programa transcidadania como ferramente de inclusão educacional e profissional dos(as) transgêneros no município de São Paulo. **Revista Humanidades e Inovação,** Tocantins, v.7, n.6, 2020. Disponível em:<https:// revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2623>. Acesso em: Jan. 2023.

PEDRA, Caio Benevides. SOUZA, Evelyne Cirilo. RODRIGUES, Raphael Vasconcelos Amaral. SILVA, Thaysa Solane Almeida. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA "TRANSCIDADANIA". **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em:<https:// periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5091>. Acesso em: Nov. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Transcidadania.** Disponível em: <https://www. prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index. php?p=150965>. Acesso em: Nov. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **LEI Nº 11.132, DE 09 DE JUNHO DE 2022.** Disponível em:<http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20220610&id_doc=772385>. Acesso em: Jan. 2023.

SANTOS, Émerson Silva. PEREIRA, Cleyton Feitorsa. Políticas Público LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 28, 2017. Disponível em:<https://doi.org/10.33662/ctp.v0i28.9444>. Acesso em: Jan. 2023.

SILVA, Jair do Prado. RAMACCIOTTI, Bárbara Maria. Programa Transcidadania: Política Pública de inclusão de mulheres trans pela educação formal e não-formal. **Revista Humanidades e Inovação,**Tocantins, v.7, n.5, 2020. Disponível em:<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2631> Acesso em: jan. 2023.

SUÁREZ, Lucy Victoria Ojeda. MARTÍNEZ, Elías David Morales Martínez. Trabajo decente y personas trans: un análisis del Programa TransCidadania (2015-2016). **La Manzana de la Discordia**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2021. Disponível em:<https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v16i1.8799>. Acesso em: jan. 2023.

THE PRISMA 2020. **Statement:** an updated guideline for reporting systematic reviews. Systematic Reviews 2021;10:89. Disponível em:<https://prisma-statement.org/PRISMAStatement/PRISMAStatement.aspx>. Acesso em: nov. 2022.

Submetido em: 06/02/2023
Aprovado em: 12/05/2023